



ATA N.º 14/2026
Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos
Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI
15 de julho de 2026

ÍNDICE

I	ABERTURA	1
II	PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO	1
III	PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	2
	INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE	2
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO ROSÁRIO DIAS	3
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR NUNO MARQUES	4
	INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR GILBERTO VIEGAS	5
IV	ORDEM DO DIA	6
	ORDEM DO DIA	6
	PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE	6
	ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DESTINADAS À ATIVIDADE DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA PRÁTICA DAS MODALIDADES DE SURFING – 2026	7
	ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DESTINADAS À ATIVIDADE DE PASSEIOS GUIADOS DE STAND UP PADDLE E DE CAIAQUES – 2026	7
	ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DESTINADAS À ATIVIDADE DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA PRÁTICA DAS MODALIDADES DE KITESURF E WINDSURF – 2026	7
	EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB2,3 DAS NAUS” –ACEITAÇÃO DOS TRABALHOS A MENOS N.º 2 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 8 (ERROS E OMISSÕES) - 1.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 20 DE ABRIL DE 2027	8
	EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO RIII, TORRALTINHA” – APROVAÇÃO PLANOS DE TRABALHOS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS, DE PAGAMENTOS E DO CRONOGRAMA FINANCEIRO QUE INCLUEM OS TRABALHOS COMPLEMENTARES N.ºS 4...	9
	EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS DE FIBROCIMENTO QUE ABASTECEM AS POVOAÇÕES DE ESPICHE E ALMÁDENA, A PARTIR DO RESERVATÓRIO DE MONTE LEMOS” - 4.ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL ATÉ 21 DE JULHO DE 2026 - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS, DE MÃO-DE-OBRA E DE EQUIPAMENTOS E O CRONOGRAMA FINANCEIRO, AJUSTADOS À PRESENTE PRORROGAÇÃO – RATIFICAÇÃO	10
	EMPREITADA DE “DIMINUIÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO SISTEMA DISTRIBUIDOR SOB INFLUÊNCIA DO RESERVATÓRIO RI NO CONCELHO DE LAGOS” - 3.ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2026 – RATIFICAÇÃO	11
	CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – ADENDA	13
	PROPOSTA SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA SARA COELHO	14

	ASSOCIAÇÃO CALIOÁSIS – CENTRO DE BEM-ESTAR PARA PESSOAS AFETADAS PELO CANCRO – CARTA DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO SOCIAL PARA O PROJETO “CALISENSE – REGIÃO DO ALGARVE”.....	14
V	ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO.....	16
VI	ENCERRAMENTO	16
	ATA EM MINUTA	19

ATA N.º 14/2026

Reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Lagos

Auditório do Edifício Paços do Concelho Séc. XXI

15 de julho de 2026

ABERTURA

PRESENCAS

Vice-Presidente Paulo Jorge Correia dos Reis

Vereadores Sara Maria Horta Nogueira Coelho
Luís Alberto Bandarra dos Reis
Gilberto Repolho dos Reis Viegas
Nuno Pedro dos Santos Borges Marques
Paulo Jorge do Rosário Dias

Estiveram ainda presentes para secretariar a reunião Maria da Conceição Pacheco Centeno Santa Clara Gomes, Chefe da Divisão Jurídica, coadjuvada pelo Assistente Técnico, Tiago de Oliveira Freire.

O Senhor Vice-Presidente, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião pelas 15 horas e 7 minutos.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS A Câmara, por votação nominal, deliberou por **unanimidade**, considerar justificada a falta do Senhor Presidente. **(Deliberação n.º 226/2026)**

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO

Declarado aberto o período para intervenção do público, intervieram os seguintes cidadãos:

António Santos (Ficha de Participação n.º 43126/2026) referiu a ausência do Senhor Presidente e informou que regressaria à próxima reunião de Câmara para expor os assuntos que pretendia apresentar.

O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu que o período de intervenção do público se destina à colocação de questões e pedidos de esclarecimento, não devendo ser utilizado para proferir

comentários depreciativos acerca dos membros do órgão executivo.

Samuel Martins (Ficha de Participação n.º 43127/2026) perguntou para quando estava prevista a pavimentação da estrada do Monte Alto, descrevendo os problemas existentes na via no seu estado atual. Referiu ainda que se verificam falhas regulares no abastecimento de água naquela zona e questionou se estava prevista alguma intervenção ou se tinha sido equacionada outra solução.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a intervenção na estrada foi dividida em duas fases, de modo a coincidir com o circuito dos autocarros da Onda, sendo que a pavimentação da zona do Monte Alto será executada na segunda fase. Acrescentou que têm decorrido intervenções em várias condutas de abastecimento de água, o que poderá explicar as falhas recorrentes, comprometendo-se a averiguar a situação junto dos serviços municipais.

José Jácome (Ficha de Participação n.º 43129/2026) elogiou o manual editado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta. Referiu-se à situação do Museu Ferroviário e à possibilidade de estabelecer uma parceria público-privada com a empresa responsável pela empreitada dos hotéis da Marina, tendo em vista a reparação de estruturas da antiga estação ferroviária. Apresentou fotografias ilustrativas de diversas situações que considerou anómalas, designadamente lancis elevados nas passagens para peões. Sugeriu, ainda, a introdução de alterações na plataforma giratória da antiga estação, por forma a permitir o acesso às carruagens, acrescentando que existem vários voluntários no Município disponíveis para colaborar com o Museu Ferroviário.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que foi celebrado um protocolo entre o Município e a Fundação Museu Nacional Ferroviário, no qual foram definidas as responsabilidades de cada uma das partes. Esclareceu que o referido protocolo foi posteriormente objeto de uma adenda, através da qual foram transferidos para o Município encargos adicionais, em virtude da incapacidade da Fundação para os assegurar, por falta de recursos humanos. Acrescentou que o diálogo entre as partes se mantém e que, nesta fase, o Município aguarda apoio técnico da Fundação, atendendo à sua experiência na área da museologia ferroviária.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a situação dos passeios e lancis seria averiguada.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações do Presidente



De seguida, o Senhor Presidente apresentou a relação dos assuntos mais relevantes da atuação do executivo municipal em regime de tempo inteiro, no período decorrido desde a última reunião de Câmara: **1.** Festa de encerramento do ano letivo 2025/2026 da Universidade Sénior, Centro Cultural de Lagos (2 de julho de 2026); **2.** Reunião do Conselho Municipal Sénior (3 de julho de 2026); **3.** XXIII Aniversário da Elevação de Odiáxere a Vila, Largo da Liberdade (3 de julho de 2026); **4.** Comemorações do 528.º Aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Lagos (4 de julho de 2026); **5.** Inauguração da exposição "Alinhados pela Mesma Lã", âmbito das comemorações da Elevação de Odiáxere a Vila (4 de julho de 2026); **6.** II Arraial do Chinicato (4 de julho de 2026); **7.** Espetáculo "Acrux & Toha", com Vítor Gama e Salomé Pais Matos, Centro Cultural de Lagos (4 de julho de 2026); **8.** Almoço convívio do final do ano letivo da Universidade Sénior, Hotel Vila Galé (5 de julho de 2026); **9.** VI Encontro de Marcha Populares de Odiáxere, sede do Clube (5 de julho de 2026); **10.** Abertura do Programa Viver o Verão 2026, Espaço Jovem (6 de julho de 2026); **11.** Reunião do Conselho Municipal de Educação de Lagos (6 de julho de 2026); **12.** Cerimónia de assinatura "Memorando de Entendimento" fusão entre AHETA e AIHSA, Albufeira (6 de julho de 2026); **13.** Espetáculo final de ano letivo, intitulado "Eu, Lacóbriga e as minhas Histórias Escondidas", pela Associação de Ballet Dança & Arte, Centro Cultural de Lagos (10 de julho de 2026); **14.** Cerimónia de abertura / jantar da Regata dos Portos dos Descobrimentos 2026, organização. Clube de Vela de Lagos (10 de julho de 2026); **15.** Entrega de prémios - 35ª Corrida Baía de Lagos, Meia Praia (12 de julho de 2026); **16.** Regata Portos dos Descobrimentos 2026, Lagos/Palos de la Frontera (13 de julho de 2026); **17.** Gala do Agrupamento de Escolas Gil Eanes - Entrega de Diplomas de Mérito e Excelência a alunos 2023/2024 e 2024/2025, Hotel Iberstar (17 de julho de 2026).

Intervenção do Senhor Vereador Paulo Rosário Dias

O Senhor Vereador Paulo Rosário Dias apresentou os seguintes assuntos:

1. Vagas de Pré-Escolar – Perguntou o ponto de situação e a possibilidade de aumentar o número de vagas.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que ainda não tem os dados efetivos das vagas pois a questão depende do Ministério da Educação e das escolas que agem de acordo com a legislação em vigor. Informou que este ano foi possível integrar algumas crianças de três anos no pré-escolar. Informou que houve um aumento ligeiro no número de vagas, relativamente ao ano anterior e que os dados serão facultados assim que possível.

2. Carros Abandonados – Referiu a existência de carros abandonados no município.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que existe um procedimento de limpeza urbana que abrange os carros abandonados e que a empresa contratada retém os carros num espaço

próprio até à realização de uma hasta pública onde os veículos são vendidos e eventualmente abatidos. Informou que veículos na via pública que se encontrem hipotecados, com problemas de partilha ou pertencentes a outras instituições não podem ser retirados apesar das insistências da Câmara perante o tribunal.

3. Passadiços da Meia Praia – Disse que observou indivíduos a pernoitar e até a viver debaixo dos passadiços. Disse que existe uma utilização indevida de velocípedes nos passadiços apesar da sua interdição.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que recentemente tinha sido feito uma limpeza ao local e que iria reportar a situação à Polícia Marítima. Informou que existe sinalização de proibição de veículos no local e que verifica-se uma falta de civismo.

4. Feira da Trindade – Referiu a falta de licenciamento dos equipamentos no parque da Trindade e perguntou o ponto de situação.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que o pedido de licenciamento inicialmente não foi apresentado devidamente instruído e que foram pedidos elementos em falta. Informou que a entidade que fez o pedido não tinha legitimidade para pedir este licenciamento e que os equipamentos não poderiam permanecer no campo da Trindade. Informou que o espaço em questão pertence ao Município mas sob a gestão do Clube de Futebol Esperança de Lagos. Informou que da questão do muro destruído pelas intervenções do Clube de Futebol não poderão incorrer custos para o Município e que a situação terá de ser resolvida entre as duas partes.

Intervenção do Senhor Vereador Nuno Marques

O Senhor Vereador Nuno Marques apresentou os seguintes assuntos:

1. Hotel Golfinho – Referiu que o Senhor Presidente tinha indicado que o assunto seria apreciado e deliberado nesta reunião e que, no entanto, não se encontra na ordem de trabalhos.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que iria averiguar com os serviços municipais.

2. UOPG10 – Perguntou se a sessão de apresentação do assunto será pública ou reservada.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a sessão é reservada para os elementos do órgão executivo e técnicos da Câmara.

3. Trindade – Referiu intervenções que tinham sido efetuadas ao terreno, bem como escombros resultantes destas e perguntou quem as efetuou. Perguntou se iria ocorrer uma reposição e quem incorreria os custos desta.

(Respondido no Ponto 4. do Senhor Vereador Paulo Rosário Dias)

4. Queixa de Ruído – Referiu uma queixa que tinha sido efetuada acerca de ruído proveniente de um estabelecimento situado na Rua Silva Lopes e perguntou o ponto de situação.



O **Senhor Vice-Presidente** informou que não existiram mais reclamações de ruído até à data, que os valores obtidos da monitorização estão dentro do normal e que a situação parece estar estável.

5. Conselho Municipal de Educação – Perguntou se o assunto relativo ao reforço da literacia digital tinha sido incluído na ordem de trabalhos da última reunião do Conselho, conforme a deliberação da proposta do Partido Social Democrata de 6 de maio de 2026. Perguntou ainda quais as conclusões caso o assunto tenha sido apreciado.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que o assunto foi discutido na sessão mais recente e que a ata será facultada aos vereadores assim que concluída. Informou que ficou decidido que os agrupamentos escolares ficariam responsáveis por definir os seus próprios regulamentos acerca deste assunto sob diretrizes do Ministério da Educação. Informou ainda que o Agrupamento de Escolas Gil Eanes já elaborou e aprovou o seu regulamento.

6. Danos nos Pavimentos – Disse que foi realizada uma obra na Rua Soeiro da Costa que após terminada deixou o pavimento da via pública danificado. Disse que este problema ocorria regularmente nas obras particulares.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que faz falta mais fiscalização nesta área e que é difícil imputar responsabilidade às empresas em alguns casos.

7. Sem-Abrigo – Disse ter visto um indivíduo a pernoitar a zona da Esplanada do Infante.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que a situação seria averiguada.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que existe uma medida intitulada de “Radar Social”, com contactos no site da Câmara Municipal, através da qual cidadãos podem reportar questões sociais que verifiquem no dia-a-dia, sendo os relatos reencaminhadas para a entidade relevante para intervir.

8. Comboios Elétricos em Lagos – Apresentou uma nota de regozijo pela introdução de comboios elétricos e pelas alterações positivas nas viagens de comboio no Algarve.

Intervenção do Senhor Vereador Gilberto Viegas

O Senhor Vereador Gilberto Viegas apresentou os seguintes assuntos:

1. Comboios Elétricos – Comentou as paragens excessivas no trajeto entre Lagos e Tunes e disse que alguns apeadeiros deveriam ser suprimidos de modo a reduzir o tempo de viagem.

O **Senhor Vice-Presidente** comentou que um representante político de outro município pediu para aumentar o número de paragens deste comboio.

2. Falta de Informação – Disse que os vereadores sem pelouro não são informados com antecedência da administração do município bem como os eventos que estão planeados, dando os exemplos dos eventos Street Food e Marchas Populares, e que também não têm acesso ao

relatório final de apreciação dos eventos.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que o trabalho administrativo deve ser efetuado de forma ágil e eficiente, mas que o relatório final dos eventos poderia ser facultado.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que devido ao trabalho e as responsabilidades dos serviços municipais, bem como a possibilidade de ocorrerem alterações de planos, é melhor partilhar um relatório final após a organização dos eventos.

3. Trindade – Mencionou a falta de informação acerca da situação que está a decorrer no parque da Trindade e pediu esclarecimentos.

(Respondido no Ponto 4. do Senhor Vereador Paulo Rosário Dias)

4. Despachos de Competências Delegadas e Subdelegadas – Disse que vários despachos proferidos ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas não estão bem fundamentados pois remetem para legislação que pode não ser aplicável. Disse ainda que a informação facultada acerca dos despachos é muito sintética e solicitou mais detalhes acerca dos assuntos.

O **Senhor Vice-Presidente** pediu esclarecimentos acerca do que seria pretendido especificamente.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que seria melhor os senhores Vereadores indicarem a informação que pretendem relativamente aos despachos.

O **Senhor Vereador Gilberto Viegas** disse que deveria constar informação relativamente a valores de quantias, identificação do requerente dentro do possível e uma descrição do assunto com maior precisão.

5. Esplanada do Infante – Solicitou uma sessão com o Conselho de Administração da LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M., S.A, de modo que este possa prestar informações acerca das intervenções previstas para a Esplanada do Infante e para o parque de estacionamento da frente ribeirinha.

O **Senhor Vice-Presidente** tomou nota do pedido.

INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO Quando eram 16 horas e 55 minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou interrompidos os trabalhos da reunião para um pequeno intervalo, tendo os mesmos recomeçado pelas 17 horas e 10 minutos, com a presença da totalidade dos membros.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA A Câmara, por votação nominal, deliberou fazer constar que aceitou, por **unanimidade**, e em minuta, proceder à apreciação de todos os assuntos que foram objeto de deliberação na presente reunião.

(Deliberação n.º 227/2026)




PROPOSTAS SUBSCRITAS PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DESTINADAS À ATIVIDADE DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA PRÁTICA DAS MODALIDADES DE SURFING – 2026

Proposta n.º 195/2026, de 30 de junho:

"Considerando que, na reunião de 4 de março de 2026, através da Deliberação n.º 67/2026, foi determinada a abertura do «Procedimento para atribuição de licenças destinadas à atividade de formação no âmbito da prática de surfing – 2026», bem como aprovado o respetivo programa; Considerando que, desenvolvido o procedimento, o júri procedeu à apreciação e classificação das candidaturas, tendo elaborado o respetivo relatório final, do qual consta a lista de ordenação final dos concorrentes que reúnem as condições para a atribuição de licença;

Proponho, que a Câmara Municipal delibere ao abrigo das competências previstas na alínea b), do n.º 3, artigo 3.º, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, atribuir as licenças nos termos constantes no referido relatório."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 228/2026)

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DESTINADAS À ATIVIDADE DE PASSEIOS GUIADOS DE STAND UP PADDLE E DE CAIAQUES – 2026

Proposta n.º 196/2026, de 30 de junho:

"Considerando que, na reunião de 4 de março, através da Deliberação n.º 66/2026, foi determinada a abertura do «Procedimento para atribuição de licenças destinadas à atividade de passeios guiados de stand up paddle (SUP) e de caiaques – 2026», bem como aprovado o respetivo programa;

Considerando que, desenvolvido o procedimento, o júri procedeu à apreciação e classificação das candidaturas, tendo elaborado o respetivo relatório final, do qual consta a lista de ordenação final dos concorrentes que reúnem as condições para a atribuição de licença;

Proponho, que a Câmara Municipal delibere ao abrigo das competências previstas na alínea b), do n.º 3, artigo 3.º, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, atribuir as licenças nos termos constantes no referido relatório."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 229/2026)

ATRIBUIÇÃO DE LICENÇAS DESTINADAS À ATIVIDADE DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA

PRÁTICA DAS MODALIDADES DE KITESURF E WINDSURF – 2026

Proposta n.º 197/2026, de 30 de junho:

"Considerando que, na reunião de 4 de março, através da Deliberação n.º 65/2026, foi determinada a abertura do «Procedimento para atribuição de licenças destinadas à atividade de formação no âmbito da prática das modalidades de kitesurf e windsurf – 2026», bem como aprovado o respetivo programa;

Considerando que, desenvolvido o procedimento, o júri procedeu à apreciação e classificação das candidaturas, tendo elaborado o respetivo relatório final, do qual consta a lista de ordenação final dos concorrentes que reúnem as condições para a atribuição de licença;

Proponho, que a Câmara Municipal delibere ao abrigo das competências previstas na alínea b), do n.º 3, artigo 3.º, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, atribuir as licenças nos termos constantes no referido relatório."

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 230/2026)

SAÍDA DO SENHOR VEREADOR NUNO MARQUES Quando eram 17 horas e 19 minutos o Senhor Vereador Nuno Marques ausentou-se da sala da reunião.

EMPREITADA DE "AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB2,3 DAS NAUS" –ACEITAÇÃO DOS TRABALHOS A MENOS N.º 2 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 8 (ERROS E OMISSÕES) - 1.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 20 DE ABRIL DE 2027

Proposta n.º 200/2026, de 10 de julho:

"Considerando o teor da Informação n.º 38009, de 12 de junho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, a qual propõe que sejam aceites trabalhos a menos e que sejam aprovados trabalhos complementares, resultantes da análise a listagens de erros e omissões do projeto, conforme apresentado pelo adjudicatário - Teixeira, Pinto & Soares, S.A., através do registo n.º 23593, de 15 de abril de 2026. É, igualmente, proposta a prorrogação do prazo contratual por 183 dias, necessária para a execução dos trabalhos complementares acima referidos. Sobre o assunto foi prestado o parecer final da Equipa de Fiscalização Externa ADPN – Engenharia e Manutenção Unipessoal, Lda., através do registo n.º 35428, de 11 de junho de 2026.

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aceitar os trabalhos a menos, no montante de 13 868,23 EUR (treze mil, oitocentos e sessenta e oito euros e vinte e três cêntimos), acrescido do IVA, cujo montante será deduzido ao preço contratual nos termos previstos no n.º 2 do artigo 379.º do Código dos Contratos



Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.

2. Aprovar os trabalhos complementares no montante de 172 393,29 EUR (cento e setenta e dois mil, trezentos e noventa e três euros e vinte e nove cêntimos) , acrescido do IVA, em cumprimento do artigo 370.º do Código dos Contratos Público do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, e cujo prazo de execução é de 183 dias, conforme mencionado na Informação n.º 38009, de 12 de junho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas.

3. Prorrogar o prazo contratual da empreitada em epígrafe, pelo período de 183 dias (até ao dia 20 de abril de 2027).

4. Calcular a revisão de preços nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

5. Notificar o adjudicatário Teixeira, Pinto & Soares, S.A., para no prazo de 10 dias, prestar caução no montante de 8619,66 EUR (oito mil, seiscentos e dezanove euros e sessenta e seis cêntimos), excluindo o IVA, correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, cumprindo o disposto nos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos."

O **Senhor Vereador Paulo Rosário Dias** Referiu as justificações apresentadas para os erros e omissões que motivaram a realização de diversos trabalhos complementares ao longo da execução da obra, salientando que a proposta em apreciação corresponde já aos Trabalhos Complementares n.º 8, numa empreitada que, nesta fase, já deveria encontrar-se praticamente concluída. Acrescentou que o Município não só suportou os custos da elaboração do projeto, como também da respetiva revisão, precisamente com o objetivo de prevenir a ocorrência de erros e omissões de projeto. Nesse contexto, questionou se não deveriam ser apuradas eventuais responsabilidades pelas situações verificadas. Perguntou qual a justificação para uma prorrogação de 183 dias quando se trata de 1,4% de trabalhos a mais. Perguntou ainda se a aprovação da proposta de prorrogação de prazo implica dar razão ao empreiteiro o que poderá levar a um pedido de reequilíbrio financeiro que poderá ser causa de litígio com a Câmara Municipal.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que os alunos começarão o ano letivo com aulas a decorrer nos edifícios A e B da escola e que os monoblocos serão desmontados e retirados do local. Informou que esta prorrogação de prazo serve para intervir na parte exterior da escola, mais especificamente no campo de jogos. Informou que o plano de trabalhos foi revisto pela empresa que efetua a fiscalização deste procedimento, tendo recebido parecer positivo.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **maioria**, aprovar a proposta. Votou

contra o Senhor Vereador Paulo Rosário Dias.

(Deliberação n.º 231/2026)

EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO RIII, TORRALTINHA” – APROVAÇÃO PLANOS DE TRABALHOS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS, DE PAGAMENTOS E DO CRONOGRAMA FINANCEIRO QUE INCLUEM OS TRABALHOS COMPLEMENTARES N.ºS 4

Proposta n.º 201/2026, de 10 de julho:

“Considerando o teor da Informação n.º 40834, de 26 de junho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, a qual sugere a aprovação dos Planos de Trabalhos, de Mão-de-obra, de Equipamentos e de Pagamentos e do Cronograma Financeiro, ajustados aos trabalhos complementares n.ºs 4, aprovados por deliberação da Câmara Municipal, em 20 de maio de 2026.

Proponho, nos termos dos artigos 361.º e 361.º-A, do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, que a Câmara Municipal delibere:

Aprovar os Planos de Trabalhos, de Mão-de-obra, de Equipamentos e de Pagamentos e do Cronograma Financeiro, apresentados pelo adjudicatário - Extraco – Construccions e Proxectos, S.A. – Sucursal em Portugal, através do registo n.º 33415, de 28 de maio de 2026.”

O **Senhor Vereador Gilberto Viegas** disse que a Câmara deveria ter mais cuidado com os projetistas que contrata para fazer projetos desta natureza que depois acabam por ter custos significativos. Disse ainda que estas situações de trabalhos complementares são recorrentes nas reuniões de Câmara.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que estes trabalhos complementares respeitam a situações que só foi possível verificar no decorrer da obra.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 232/2026)

EMPREITADA DE “SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTAS DE FIBROCIMENTO QUE ABASTECEM AS POVOAÇÕES DE ESPICHE E ALMÁDENA, A PARTIR DO RESERVATÓRIO DE MONTE LEMOS” - 4.ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL ATÉ 21 DE JULHO DE 2026 - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS, DE MÃO-DE-OBRA E DE EQUIPAMENTOS E O CRONOGRAMA FINANCEIRO, AJUSTADOS À PRESENTE PRORROGAÇÃO – RATIFICAÇÃO

Proposta n.º 202/2026, de 10 de julho:

*“No âmbito da empreitada em epígrafe, **proponho** a ratificação do meu despacho de 26 de junho de 2026, abaixo transcrito.*



Este despacho incidiu sobre a Informação n.º 40838, de 26 de junho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, prestada atendendo à necessidade de prorrogar o prazo contratual da empreitada e à aprovação dos Planos de Trabalhos, de Mão-de-obra, de Equipamentos e de Pagamentos e do Cronograma Financeiro, ajustados à presente prorrogação. O despacho foi proferido face à proximidade do termo do prazo contratual, que ocorre em data anterior à próxima reunião de Câmara.

"Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro (CCP), dou a minha concordância ao proposto na informação n.º 40838, de 26 de junho de 2026, da DEPE, decidindo:

1. Prorrogar o prazo contratual da empreitada em epígrafe, pelo período de 23 dias (até ao dia 21 de julho de 2026), devendo a revisão de preços deverá ser calculada com base no plano de pagamentos/Cronograma Financeiro agora apresentado, conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º

do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

2. Aprovar os Plano de Trabalhos, de Mão-de-Obra e de Equipamentos, bem como o Cronograma Financeiro, ajustados à presente prorrogação.

3. Dar conhecimento à empresa de Coordenação de Segurança em Obra, Pmt – Coordenação e Gestão de Projetos, Lda, bem como à Gestora do Contrato, Bizfuture Services, Lda, do teor do presente despacho.

4. Remeter o processo à Divisão Jurídica – Serviço de Contratos, para proceder à devida modificação contratual.

A presente decisão, constituindo uma competência da Câmara, está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e foi tomada face à urgência de que a mesma se reveste, atendendo a que o prazo de execução da empreitada termina no dia 28 de junho de 2026, tendo o empreiteiro – Submerci – Construção e Urbanizações, Lda, solicitado a prorrogação do prazo, face aos motivos invocados no e-mail com o registo n.º 38805, de 26 de junho de 2026, nomeadamente devido à dificuldade em proceder à ligação final da conduta que abastecerá a localidade de Espiche (Nó 27).

Assim e verificando-se que não foi possível remeter a presente decisão à Reunião de Câmara de 1 de julho de 2026 e que a próxima Reunião de Câmara se realiza em 15 de julho de 2026, foi tomada a presente decisão, de modo, a que a empreitada tenha prazo de execução após o dia 28 de junho de 2026.

À Reunião de Câmara para ratificação.""

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 233/2026)

EMPREITADA DE "DIMINUIÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO SISTEMA DISTRIBUIDOR SOB INFLUÊNCIA DO RESERVATÓRIO RI NO CONCELHO DE LAGOS" - 3.ª PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2026 – RATIFICAÇÃO

Proposta n.º 203/2026, de 10 de julho:

*"No âmbito da empreitada em epígrafe, **proponho** a ratificação do meu despacho de 1 de julho de 2026, abaixo transcrito.*

Este despacho incidiu sobre a Informação n.º 40551, de 25 de junho de 2026, da Divisão de Estudos, Projetos e Empreitadas, prestada atendendo à necessidade de prorrogar o prazo contratual da empreitada.

O despacho foi proferido face à proximidade do termo do prazo contratual, que ocorre em data anterior à próxima reunião de Câmara.

"Nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro (CCP), dou a minha concordância ao proposto na Informação n.º 40551, de 25 de junho de 2026, da DEPE, decidindo:

1. Prorrogar o prazo contratual da empreitada em epígrafe, pelo período de 150 dias (até ao dia 30 de novembro de 2026), devendo a revisão de preços ser calculada pelo plano de pagamentos que na data da prorrogação de prazo se encontrar em vigor, conforme determina o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro de 2004, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

2. Notificar o adjudicatário do decidido em 1., para, no prazo de 8 dias, apresentar novos Plano de Trabalhos, de Mão-de-Obra, de Equipamentos e de Pagamentos, bem como o Cronograma Financeiro, ajustados à presente prorrogação, bem como incluir os trabalhos a menos e os trabalhos complementares já aprovados.

3. Dar conhecimento à empresa de Fiscalização Externa e Coordenação de Segurança em Obra, Pmt – Coordenação e Gestão de Projetos, Lda, bem como à Gestora do Contrato, Bizfuture Services, Lda, do teor do presente despacho.

4. Remeter o processo à Divisão Jurídica – Serviço de Contratos, para proceder à devida modificação contratual.

A presente decisão, constituindo uma competência da Câmara, está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e foi



tomada face à urgência de que a mesma se reveste, atendendo a que o prazo de execução da empreitada termina no dia 3 de julho de 2026, tendo o empreiteiro – Sotecnisol, S.A. solicitado a prorrogação do prazo, face aos motivos invocados no e-mail com o registo n.º 37695, de 22 de junho de 2026, nomeadamente as condições climatéricas adversas que se verificaram em janeiro e fevereiro e a dificuldade de mobilização de mão-de-obra qualificada.

Assim e verificando-se que não foi possível remeter a presente decisão à Reunião de Câmara de 1 de julho de 2026 e que a próxima Reunião de Câmara se realiza em 15 de julho de 2026, foi tomada a presente decisão, de modo, a que a empreitada tenha prazo de execução após o dia 3 de julho de 2026.

À Reunião de Câmara para ratificação.””

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 234/2026)

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – ADENDA

Proposta n.º 204/2026, de 10 de julho:

“Considerando que o Tribunal de Contas solicitou a alteração do contrato, mediante adenda, para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, foi elaborada a respetiva minuta de adenda, da qual constam exclusivamente os investimentos a financiar através do referido empréstimo, bem como a identificação do montante de financiamento afeto a cada investimento, em conformidade com o enquadramento legal aplicável e com as observações formuladas por aquele Tribunal.

A afetação do montante do empréstimo a cada investimento foi determinada em função do valor ainda por executar de cada projeto, procurando assegurar a correspondência entre as necessidades efetivas de financiamento e o capital objeto do contrato de empréstimo.

Assim, o montante global do empréstimo, no valor de 25 000 000,00 EUR (vinte e cinco milhões de euros), fica afeto aos seguintes investimentos integrados no Programa Municipal de Habitação:

- à operação de loteamento e edificação habitacional a custos controlados na Urbanização CHESGAL, correspondente à construção de 104 fogos, no valor de 10 315 553,49 EUR (dez milhões, trezentos e quinze mil, quinhentos e cinquenta e três euros e quarenta e nove cêntimos);
- à construção de 12 fogos em Lagos, na zona da Cerca do Cemitério, no valor de 818 872,12 EUR (oitocentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e dois euros e doze cêntimos);
- à construção de 6 fogos em Barão de São João, no valor de 373 577,71 EUR (trezentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e sete euros e setenta e um cêntimos);

-à construção de 51 fogos em Santo Amaro, incluindo a requalificação do espaço envolvente, no valor de 5 471 320,27 EUR (cinco milhões, quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e vinte euros e vinte e sete cêntimos);

-à construção de 24 fogos no Chinicato, no valor de 3 163 821,04 EUR (três milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e um euros e quatro cêntimos);

-à construção de 20 fogos em Bensafrim, no valor de 2 760 346,36 EUR (dois milhões, setecentos e sessenta mil, trezentos e quarenta e seis euros e trinta e seis cêntimos);

-à construção de 14 fogos em Bensafrim, no valor de 1 910 674,01 EUR (um milhão, novecentos e dez mil, seiscentos e setenta e quatro euros e um cêntimo); e

- à construção de 2 fogos complementares nos lotes 3.14 e 3.17 do loteamento municipal de Bensafrim, no valor de 185 835,01 EUR (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco euros e um cêntimo).

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a minuta da adenda ao contrato de empréstimo, de modo a que dele passem a constar exclusivamente os investimentos a financiar pelo empréstimo, identificando-se, para cada um deles, o respetivo montante do financiamento que lhe fica afeto, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;"

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **maioria**, aprovar a proposta. Absteve-se o Senhor Vereador Gilberto Viegas. **(Deliberação n.º 235/2026)**

ENTRADA DO SENHOR VEREADOR NUNO MARQUES Quando eram 17 horas e 45 minutos, o Senhor Vereador Nuno Marques entrou na sala, passando a participar na ordem de trabalhos.

PROPOSTA SUBSCRITA PELA SENHORA VEREADORA SARA COELHO

ASSOCIAÇÃO CALIOÁSIS – CENTRO DE BEM-ESTAR PARA PESSOAS AFETADAS PELO CANCRO – CARTA DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO SOCIAL PARA O PROJETO "CALISENSE – REGIÃO DO ALGARVE"

Proposta n.º 199/2026, de 9 de julho:

"Considerando a comunicação com registo de entrada n.º 29311, de 11 de maio de 2026, da Associação Calioásis – Centro de Bem-Estar para Pessoas Afetadas pelo Cancro, dando conhecimento da sua intenção de desenvolver o seu trabalho na região do Algarve, em articulação com a Unidade Local de Saúde Algarve, através de uma candidatura à iniciativa pública Portugal Inovação Social, a qual deve conter em anexo Cartas de Compromisso de investimento social e de cofinanciamento do projeto de entidades parceiras.

Considerando a Informação n.º 35985, de 2 de junho de 2026, do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura – Divisão de Habitação e Coesão Social, que apresenta o projeto que a Associação Calioásis pretende desenvolver na região do Algarve, denominado "CaliSense – Região do Algarve", que visa melhorar a qualidade de vida e bem-estar das crianças e adolescentes com cancro ou outra doença grave, residentes na região do Algarve, através de apoio domiciliário com diversas atividades prestadas por técnicos qualificados, pelo período de 36 meses.

Considerando a análise efetuada pelos serviços e a sua sugestão de apoio ao referido projeto, apresentando, para o efeito, minuta da carta de compromisso de investimento social e de cofinanciamento do projeto no montante máximo de 5000,00 EUR (cinco mil euros), repartido pelos três anos de duração do projeto com o montante anual de 1666,67 EUR (mil seiscientos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

Considerando que o prazo para a apresentação de candidatura foi prorrogado para o dia 31 de julho de 2026.

Tendo em consideração que a despesa apenas produzirá efeitos financeiros no exercício de 2027, informa-se que a Divisão Financeira procederá à inscrição dos montantes correspondentes na proposta de Orçamento para os anos de execução do projeto, a submeter à aprovação do órgão competente.

Acrece que, à presente data, verifica-se a existência de fundos disponíveis para suportar a futura assunção deste compromisso."

Considerando as competências atribuídas ao município na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Proponho *que a Câmara Municipal delibere aprovar a Carta de Compromisso de Investimento Social, comprometendo-se a inscrever, nas propostas de orçamento a submeter à Assembleia Municipal, as verbas necessárias ao cofinanciamento do projeto "CaliSense – Região do Algarve", até ao montante máximo de 5000,00 EUR (cinco mil euros), repartido em três parcelas anuais de igual valor, correspondentes aos três anos de execução do projeto, nos termos da supracitada informação."*

O **Senhor Vereador Paulo Rosário Dias** disse que concordava com o projeto, que o apoio a ser concedido deveria ser revisto eventualmente conforme o número de crianças suportadas no município e que gostaria que existisse um acompanhamento do projeto com conhecimento aos vereadores sem pelouro.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que não se sabe o número exato de crianças no município que possam sofrer de doenças complexas, e que este número poderá variar. Informou que existe conhecimento de cinco crianças no município com doenças raras que podem ser

abrangidas por este projeto.

O **Senhor Vereador Nuno Marques** referiu a menção na documentação de replicar um modelo implementado na região centro e perguntou que técnicos prestariam apoio em Lagos neste projeto.

A **Senhora Vereadora Sara Coelho** informou que os prestadores de serviços envolvidos neste projeto seriam de Lagos.

A Câmara, por votação nominal e em minuta, deliberou por **unanimidade**, aprovar a proposta.

(Deliberação n.º 236/2026)

PROPOSTA SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR LUÍS BANDARRA

PROGRAMA DE APOIO AO DESPORTO - PAD 2025/2026 - AFETAÇÃO DE VERBA

Proposta n.º 198/2026, de 9 de julho – retirada da ordem dos trabalhos.

PROPOSTA SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR PAULO ROSÁRIO DIAS

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO SOLIDÁRIO À PERMANÊNCIA HABITACIONAL (PMAFH)

Proposta n.º 205/2026, de 10 de julho – retirada da ordem dos trabalhos.

APROVAÇÃO DE ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 DE JULHO DE 2026 Retirada da ordem dos trabalhos.

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO

FINANÇAS MUNICIPAIS Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 14 de julho de 2026, que acusava um saldo em dinheiro de 37 552 840,15 EUR (trinta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta euros e quinze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

REGISTO DE PAGAMENTOS EFETUADOS Na sequência do solicitado, no período antes da ordem do dia, na Reunião de Câmara do dia 17 de junho de 2026, da Informação n.º 38964, de 18 de junho de 2026 da Divisão Jurídica – Secção de Apoio Administrativo e do despacho proferido pelo Senhor Presidente na Informação n.º 39316, de 19 de junho de 2026, da Divisão

Financeira, disponibiliza-se a listagem do registo de pagamentos efetuados no período compreendido entre os dias 25 de junho de 2026 e 8 de julho de 2026.

A Câmara tomou conhecimento.

REUNIÃO DE CÂMARA DE 1 DE JULHO DE 2026 – QUESTÕES RELACIONADAS COM A REVISTA MUNICIPAL Foi presente a Informação n.º 42221, datada de 3 de julho de 2026, do Gabinete de Comunicação e Relações-Públicas, que informa sobre os critérios editoriais que norteiam a seleção de temas, a redação e paginação dos conteúdos desta publicação periódica autárquica, editada pelo Município de Lagos.

Informa, ainda, sobre as circunstâncias que envolveram, concretamente, a elaboração dos artigos publicados nas páginas 27, 29 e 60 da edição número dezoito.

Sobre a presente informação recaiu o despacho de concordância da Senhora Vereadora Sara Coelho, em 6 de julho de 2026, de remessa à reunião de Câmara para conhecimento.

A Câmara, tomou conhecimento.

REUNIÕES DE CÂMARA DE 1 E 15 DE ABRIL E 17 DE JUNHO DE 2026 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA – ABATE DE ÁRVORES Na sequência do despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara nas Informações 24075 de 2 de abril de 2026, 26867 de 16 de abril de 2026 e 38964 de 18 de junho de 2026, relativamente à questão colocada pelo Senhor Vereador Gilberto Viegas, no período antes da ordem do dia, remete-se para conhecimento a resposta ao Senhor Vereador, email expedido n.º 21522 de 26 de junho de 2026.

A Câmara, tomou conhecimento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2027 – PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO Foi presente a Informação n.º 43179, de 9 de julho do ano em curso, da Divisão Financeira, na qual é anexada uma proposta aprovada pelo Senhor Vice-Presidente, do Plano de Ação para elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2027.

A Câmara tomou conhecimento.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA/SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 26 de junho e 3 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA/UNIDADE TÉCNICA DE CONCURSOS DE PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 26 de junho e 7 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DDSEC A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre o dia 12 de junho e 9 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre os dias 24 de junho e 1 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 26 de junho e 2 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S – DIVISÃO FINANCEIRA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, relativamente à Alteração ao Orçamento e GOP's, no dia 30 de junho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no período compreendido entre 21 abril a 29 de junho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – GABINETE MÉDICO VETERINÁRIO A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, no

período compreendido entre o dia 26 de junho e 9 de julho de 2026.

DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS DELEGADAS E SUBDELEGADAS – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL/ SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES A Câmara tomou conhecimento das decisões dos membros do executivo, proferidas ao abrigo de competências delegadas e subdelegadas, entre o dia 25 e 30 de junho de 2026.

ENCERRAMENTO

ATA EM MINUTA Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como do disposto no artigo 19.º do Regimento da Câmara Municipal de Lagos, e ainda do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por **unanimidade**, aprovar a ata em minuta para efeitos da sua excecutoriedade imediata.

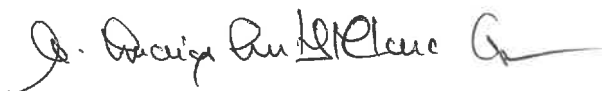
(Deliberação n.º 237/2026)

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente pelas 18 horas e 44 minutos, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atualizada, vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente e pela Chefe da Divisão Jurídica, da Câmara Municipal que a secretariou e mandou lavrar.

O Vice-Presidente da Câmara,



A Chefe da Divisão Jurídica, (Secretária),



A ata foi aprovada, por Unanimidade,
em reunião de Câmara de
29 / 07 / 2026.

Deliberação n.º 249 / 2026

A Secretária,


(30/07/2026)